REVISTA SAÚDE DOS VALES

ISSN: 2674-8584 V.10 – N.01 – 2025
DOI: 10.61164/91vap964

USO INDISCRIMINADO DA NIMESULIDA E A IMPORTÂNCIA DO SERVIÇO FARMACÊUTICO NA PROMOÇÃO DO USO RACIONAL DE MEDICAMENTOS

INDISCRIMINATE USE OF NIMESULIDE AND THE IMPORTANCE OF PHARMACEUTICAL SERVICES IN PROMOTING THE RATIONAL USE OF MEDICINES

Nathalia Dias Batalha
Acadêmica do 10° período do curso de Farmácia,
Centro Universitário Unibrás Rio Verde - Unibrás
E-mail: nathaliadias923@gmail.com

Andressa Leal Silva
Acadêmica do 10° período do curso de Farmácia,
Centro Universitário Unibrás Rio Verde - Unibrás
E-mail: andressasilvaleal10@gmail.com

Andre Cavichioli
Orientador e professor do curso de Farmácia,
Centro Universitário Unibrás Rio Verde - Unibrás
E-mail: andre_cavichiolli@yahoo.com.br

RESUMO

A Nimesulida é um dos anti-inflamatórios não esteroides (AINEs) mais utilizados no Brasil, conhecida por sua eficácia no alívio da dor e inflamação. No entanto, o uso contínuo e sem prescrição médica tem provocado sérios riscos à saúde, incluindo hepatotoxicidade, reações alérgicas e distúrbios gastrointestinais. Este estudo, desenvolvido por meio de uma revisão bibliográfica de caráter qualitativo e descritivo, teve como objetivo analisar os impactos do uso indiscriminado da Nimesulida e propor estratégias de atuação farmacêutica voltadas ao uso racional de medicamentos. As buscas foram realizadas nas bases SciELO, PubMed, BVS, Google Scholar e Portal CAPES, abrangendo publicações entre 2014 e 2025. Os resultados apontaram que a automedicação e a ausência de orientação farmacêutica são os principais fatores relacionados ao uso inadequado do fármaco. Identificou-se também que o farmacêutico exerce papel central na prevenção de danos e na promoção do uso racional, por meio de consultas clínicas, acompanhamento farmacoterapêutico e ações de educação em saúde. Conclui-se que a valorização da prática clínica farmacêutica e a implementação de políticas públicas de fiscalização e educação sanitária são fundamentais para garantir

a segurança no uso da Nimesulida e contribuir para a qualidade da atenção à saúde no Brasil.

Palavras-chave: Nimesulida; Automedicação; Uso racional de medicamentos; Atenção farmacêutica; Anti-inflamatórios não esteroides.

ABSTRACT

Nimesulide is one of the most widely used nonsteroidal anti-inflammatory drugs (NSAIDs) in Brazil, known for its effectiveness in relieving pain and inflammation. However, continuous and unsupervised use has been associated with serious health risks, including hepatotoxicity, allergic reactions, and gastrointestinal disorders. This study, developed through a qualitative and descriptive bibliographic review, aimed to analyze the impacts of the indiscriminate use of Nimesulide and to propose pharmaceutical strategies to promote the rational use of medicines. Data were collected from SciELO, PubMed, BVS, Google Scholar, and the CAPES Portal, covering publications between 2014 and 2025. The results showed that self-medication and the lack of pharmaceutical guidance are the main factors contributing to the inappropriate use of this drug. The pharmacist plays a key role in preventing harm and promoting rational use through clinical consultations, pharmacotherapeutic follow-up, and health education activities. It is concluded that the strengthening of clinical pharmaceutical practice and the implementation of public policies for regulation and health education are essential to ensure the safe use of Nimesulide and to improve the quality of health care in Brazil.

Keywords: Nimesulide; Self-medication; Rational use of medicines; Pharmaceutical care; Nonsteroidal anti-inflammatory drugs.

INTRODUÇÃO

O uso indiscriminado de medicamentos é um problema recorrente e de grande relevância para a saúde pública no Brasil, especialmente no que se refere aos anti-inflamatórios não esteroides (AINEs), como a Nimesulida. Este fármaco é amplamente utilizado pela população devido à sua eficácia no alívio de dores e processos inflamatórios, sendo frequentemente procurado por pacientes que buscam soluções rápidas para sintomas agudos. No entanto, o uso contínuo e sem orientação profissional pode desencadear efeitos adversos graves, como hepatotoxicidade, reações alérgicas, distúrbios gastrointestinais e até comprometimento renal (FIB, 2019).

As evidências nacionais indicam que o processo de trabalho do farmacêutico na atenção primária enfrenta barreiras como sobrecarga laboral, escassez de formação voltada à clínica, baixa integração com as equipes de saúde e práticas concentradas em tarefas técnicas em vez de assistir pacientes (RENOVATO, 2020). Estudos de revisão demonstram que esses obstáculos dificultam a efetividade do cuidado farmacêutico, ainda que a inserção profissional nas unidades de saúde tenha avançado (MARTINS et al., 2024).

Tais elementos apontam que o avanço não é apenas quantitativo, mas qualitativo: inserir o farmacêutico não basta; é preciso que ele atue com autonomia, protocolos definidos, registro de intervenções clínicas e avaliação de impacto. A promoção dessa maturidade exige investimento em educação continuada, suporte institucional e indicadores de desempenho específicos para os serviços farmacêuticos na atenção básica.

A atuação clínica do farmacêutico se estrutura em torno de um ciclo que começa com a anamnese direcionada, identificação de risco, plano de cuidado, intervenções e seguimento contínuo. Nas unidades de atenção primária, essa prática traduz-se em

consultas farmacêuticas, revisões de medicamentos, monitoramento de adesão e eventos adversos, além de educação ao paciente (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020).

No contexto de AINEs como a Nimesulida com perfil de risco significativo, esse cuidado ganha relevância adicional, pois o farmacêutico pode atuar como filtro de segurança: checando comorbidades hepáticas ou renais, uso de álcool, polifarmácia e orientando sobre duração máxima do tratamento, sinalização de efeitos adversos e necessidade de interrupção. Essa conduta reflete o movimento de passar da mera entrega de fármacos para o cuidado sistematizado e monitorado.

Apesar das restrições impostas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), que determina a obrigatoriedade de retenção de receita para sua comercialização, a Nimesulida ainda é facilmente adquirida em farmácias e drogarias, muitas vezes sem o devido controle. Essa realidade evidencia falhas na fiscalização sanitária e na educação em saúde, além de negligenciar o papel do farmacêutico na orientação ao paciente. Em diversos países da Europa e América do Norte, o uso da Nimesulida foi suspenso ou severamente limitado devido ao seu perfil de risco, o que reforça a necessidade de maior rigor na sua prescrição e dispensação (GIRARDI, 2025).

O uso irracional desse medicamento representa, portanto, um grave problema de saúde pública. Mesmo diante dos alertas sobre seus riscos, a facilidade de acesso e a cultura da automedicação perpetuam um cenário preocupante. A ausência de acompanhamento profissional compromete a segurança terapêutica e expõe os usuários a complicações evitáveis, como lesões hepáticas e reações adversas severas.

Nesse contexto, a atuação clínica do farmacêutico torna-se essencial para orientar a população, promover o uso racional de medicamentos e prevenir danos à saúde. O serviço farmacêutico assume papel estratégico na promoção do uso racional, pois o farmacêutico é o profissional capacitado para avaliar a real necessidade do uso de determinados fármacos, orientar sobre posologia, interações medicamentosas e riscos associados, além de atuar na prevenção da automedicação (CASTRO, 2023).

A farmácia, enquanto estabelecimento de saúde, deve ser reconhecida como um espaço fundamental para o cuidado e a educação sanitária. O farmacêutico, como agente da atenção primária, possui competência técnica para intervir diretamente na prevenção do uso inadequado de AINEs e no acompanhamento farmacoterapêutico. Campanhas educativas, atendimentos individualizados e ações comunitárias são ferramentas eficazes que fortalecem sua atuação e ampliam a conscientização da população.

A educação em saúde, promovida por esse profissional, deve ser contínua, acessível e adaptada à realidade dos pacientes, de modo a fomentar a compreensão sobre os riscos da automedicação e incentivar práticas de autocuidado responsáveis (FIB, 2019).

Diante desse cenário, o presente trabalho tem como objetivo geral analisar os impactos do uso indiscriminado da Nimesulida na saúde da população e propor estratégias de atuação do serviço farmacêutico que promovam o uso racional desse medicamento. Como objetivos específicos, busca-se identificar os principais riscos à saúde associados ao uso indevido da Nimesulida; avaliar o conhecimento da população sobre os perigos da automedicação com anti-inflamatórios não esteroidais; investigar como os farmacêuticos estão atuando na orientação e controle da dispensação da Nimesulida; propor ações educativas e de intervenção farmacêutica que incentivem o uso seguro e consciente desse medicamento; além de desenvolver campanhas que exponham os riscos do consumo exagerado de anti-inflamatórios e reforcem a importância de sua dispensação apenas mediante receita médica.

Assim, este estudo justifica-se pela necessidade de ampliar o debate sobre o uso irracional de medicamentos e reforçar o protagonismo do farmacêutico na construção de práticas seguras, éticas e baseadas em evidências científicas. Promover o uso racional

é, portanto, um compromisso técnico e social com a saúde pública, exigindo que a atuação farmacêutica vá além da simples dispensação, consolidando-se como um instrumento de cuidado e prevenção no cotidiano da comunidade.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Anti-inflamatórios não esteroidais (AINEs) e a Nimesulida

O crescente protagonismo do farmacêutico no cenário da atenção primária à saúde no Brasil revela uma importante mudança no paradigma da assistência farmacêutica, de um foco majoritariamente dispensatório para um cuidado integral centrado no paciente, o que favorece a promoção, prevenção e o uso racional de medicamentos (BRASIL, 2014; RENOVATO, 2020). A Política Nacional de Assistência Farmacêutica, em conjunto com os "Cadernos de Cuidado Farmacêutico na Atenção Básica", estabelece marcos legais e operacionais que habilitam o farmacêutico a atuar como membro integrante da equipe multiprofissional, com práticas clínicas que vão além da simples dispensação (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2014). Essa transformação institucional trouxe consigo desafios práticos e estruturais, pois, ainda que haja expansão de serviços clínicos, muitos farmacêuticos atuam em funções gerenciais ou logísticas, com pouco tempo dedicado à atenção direta ao paciente (RENOVATO, 2020).

No Brasil, a literatura aponta que a automedicação permanece como um fenômeno significativo e preocupante, sobretudo em relação aos anti-inflamatórios não esteroides (AINEs). A falta de orientação profissional, o fácil acesso a fármacos e a cultura de "autocuidar-se" fomentam o uso indiscriminado desses medicamentos, o que demanda intervenções fortes da atenção farmacêutica (COSTA OLIVEIRA; ANDRADE, 2023).

Vale enfatizar que o uso racional de medicamentos (URM) exige quatro elementos interligados: prescrição apropriada, dispensação qualificada, uso correto pelo paciente e monitoramento de desfechos, sendo estes insuficientemente garantidos em muitos contextos da atenção básica no país (BARBERATO; SCHERER; LACOURT, 2019). Nesse sentido, o farmacêutico passa a ser figura estratégica para mitigar os riscos decorrentes da automedicação e para promover a adesão ao tratamento, a prevenção de eventos adversos e a integração da terapia farmacológica com condutas não farmacológicas.

Os anti-inflamatórios não esteroidais (AINEs) constituem uma das classes farmacológicas mais utilizadas mundialmente, sendo indicados para o tratamento de processos inflamatórios, dor e febre. A Nimesulida, pertencente a essa classe, destaca-se por sua ação seletiva sobre a enzima ciclo-oxigenase-2 (COX-2), o que teoricamente reduz os efeitos adversos gastrintestinais comuns a outros AINEs.

No entanto, estudos apontam que seu uso prolongado pode estar associado a hepatotoxicidade, o que levou à sua restrição ou retirada do mercado em diversos países europeus (EINSTEIN, 2024). No Brasil, embora seja classificada como medicamento de tarja vermelha, ainda é frequentemente adquirida sem prescrição, evidenciando falhas na fiscalização e na educação em saúde (BRASIL, 2007).

O uso racional de medicamentos pressupõe que os pacientes recebam o medicamento apropriado às suas necessidades clínicas, na dose correta, por um período adequado e ao menor custo possível. Esta definição, preconizada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), destaca a importância da prescrição racional, da dispensação qualificada e da adesão correta ao tratamento (MORAES et al., 2022).

O uso irracional, por sua vez, contribui para o aumento da morbimortalidade, da resistência medicamentosa e dos custos nos sistemas de saúde. No Brasil, apesar das iniciativas governamentais voltadas à promoção do uso racional de medicamentos, ainda

são comuns práticas inadequadas como a automedicação, o uso de antibióticos sem prescrição e a dispensação irregular de medicamentos controlados, como a Nimesulida (NASCIMENTO et al., 2020).

A automedicação com AINEs, especialmente com a Nimesulida, é preocupante por mascarar sintomas de doenças mais graves e por favorecer o surgimento de efeitos adversos graves. Segundo Cidesp (2025), o uso da Nimesulida deve ser limitado a poucos dias e sempre sob orientação profissional, devido ao risco de lesões hepáticas e reações alérgicas. A falta de controle sobre a duração e a dosagem do tratamento contribui para o agravamento de quadros clínicos e para o aumento da demanda por atendimentos emergenciais. Nesse contexto, o papel do farmacêutico é essencial para orientar o paciente, avaliar a necessidade real do medicamento e garantir a segurança do tratamento.

A promoção do uso racional de medicamentos exige a atuação integrada entre profissionais da saúde, políticas públicas eficazes e conscientização da população. O farmacêutico, como agente da atenção primária, deve ser valorizado por sua capacidade de identificar riscos, prevenir interações medicamentosas e promover a adesão ao tratamento. De acordo com Moraes et al. (2022), a dispensação qualificada é um dos pilares para garantir que o paciente receba o medicamento adequado às suas necessidades clínicas. Portanto, fortalecer a atuação clínica do farmacêutico nas farmácias comunitárias é uma estratégia fundamental para reduzir os danos causados pelo uso indiscriminado de AINEs como a Nimesulida.

2.2 Automedicação e os riscos do uso indiscriminado

A automedicação é definida como a prática de utilizar medicamentos por iniciativa própria, sem orientação de profissional habilitado. Essa conduta, embora comum entre a população brasileira, representa um risco significativo à saúde pública. Os principais problemas decorrentes dessa prática incluem reações adversas, intoxicações, interações medicamentosas indesejadas, mascaramento de doenças e agravamento de quadros clínicos (FONSECA; MARTINS, 2019).

No caso da Nimesulida, a facilidade de acesso ao medicamento e a crença popular em sua eficácia contribuem para o uso indiscriminado, agravando os riscos já conhecidos. Estudos indicam que a automedicação está frequentemente associada à desinformação, à dificuldade de acesso aos serviços de saúde e à ausência de campanhas educativas eficazes sobre o uso racional de medicamentos (NASCIMENTO et al., 2020).

Além dos riscos clínicos, a automedicação com Nimesulida reflete uma falha estrutural na comunicação entre os serviços de saúde e a população. De acordo com Silva e Andrade (2022), muitos pacientes desconhecem os efeitos colaterais e contraindicações da Nimesulida, utilizando o medicamento como primeira opção para qualquer tipo de dor. Essa prática é reforçada pela facilidade de acesso ao fármaco em farmácias e drogarias, mesmo com exigência de receita médica. A falta de campanhas educativas e de fiscalização efetiva contribui para a perpetuação desse comportamento, tornando a automedicação um hábito cultural difícil de combater.

2.3 O uso racional de medicamentos

O uso racional de medicamentos pressupõe que os pacientes recebam o medicamento apropriado às suas necessidades clínicas, na dose correta, por um período adequado e ao menor custo possível. Esta definição, preconizada pela Organização

Mundial da Saúde (OMS), destaca a importância da prescrição racional, da dispensação qualificada e da adesão correta ao tratamento (MORAES et al., 2022).

O uso irracional, por sua vez, contribui para o aumento da morbimortalidade, da resistência medicamentosa e dos custos nos sistemas de saúde. No Brasil, apesar das iniciativas governamentais voltadas à promoção do uso racional de medicamentos, ainda são comuns práticas inadequadas como a automedicação, o uso de antibióticos sem prescrição e a dispensação irregular de medicamentos controlados, como a Nimesulida (NASCIMENTO et al., 2020).

A Nimesulida, embora eficaz no controle da dor e da inflamação, apresenta perfil de segurança que exige cautela em sua prescrição e uso. Estudos apontam que o uso prolongado ou em doses inadequadas pode causar hepatotoxicidade, sendo esse um dos principais motivos para sua restrição em diversos países europeus (EINSTEIN, 2024). No Brasil, apesar de ser classificada como medicamento de tarja vermelha, seu acesso ainda ocorre de forma facilitada, muitas vezes sem a devida orientação profissional. Essa realidade reforça a necessidade de ações educativas e de fiscalização mais rigorosa para garantir o uso racional desse fármaco.

A educação em saúde voltada ao uso racional de medicamentos deve ser contínua e acessível, envolvendo profissionais da saúde, instituições de ensino e políticas públicas. De acordo com Silva e Andrade (2022), campanhas informativas sobre os riscos da automedicação e sobre o papel do farmacêutico na orientação terapêutica são fundamentais para transformar o comportamento da população. O conhecimento sobre os efeitos adversos da Nimesulida e sobre sua correta utilização pode prevenir complicações clínicas e reduzir a sobrecarga nos serviços de saúde. Assim, o uso racional não depende apenas da prescrição médica, mas de uma rede integrada de cuidado e informação.

No que tange aos anti-inflamatórios não esteroides, como a Nimesulida, a literatura nacional chama atenção para a necessidade de intervenção específica. O perfil de automedicação desses fármacos e sua potencial hepatotoxicidade exigem que o farmacêutico oriente de forma sistemática sobre dose, duração, sinais de alerta, interações e alternativas terapêuticas não farmacológicas (CASTRO; ANDRADE, 2023). O farmacêutico também pode atuar conjuntamente com equipes de saúde para estabelecer protocolos de seleção, monitoramento e encaminhamento, fortalecendo a dispensação responsável e a educação contínua.

A institucionalização de protocolos e fluxos locais para AINEs, elaborados em conjunto entre farmacêutico, médico e enfermeiro, representa uma prática cada vez mais recomendada. Esses fluxos podem definir critérios de exclusão (como doença hepática grave ou consumo excessivo de álcool), duração máxima de tratamento, necessidade de informe ao farmacêutico em caso de prorrogação e rotina de revisão após a entrega do medicamento. Tais práticas favorecem a padronização do cuidado e reduzem a variabilidade entre profissionais, elevando a segurança e consistência da dispensação (BARBERATO; SCHERER; LACOURT, 2019).

Outro aspecto importante se refere à avaliação de resultados. Além do número de atendimentos farmacêuticos realizados, é imprescindível que se monitore indicadores como redução da automedicação de AINEs, menor incidência de eventos adversos, melhoria da adesão, diminuição do tempo de tratamento ou hospitalização relacionada a fármacos. Essa avaliação realça a qualidade do cuidado farmacêutico e possibilita ajustes contínuos nas intervenções (MARTINS et al., 2024).

2.4 O papel do farmacêutico na promoção do uso racional

O farmacêutico desempenha papel estratégico na promoção do uso racional de medicamentos, especialmente no contexto das farmácias comunitárias, onde atua como

agente de saúde e educador. A atuação clínica farmacêutica abrange a orientação ao paciente, o acompanhamento farmacoterapêutico, a detecção de reações adversas e a promoção de ações educativas em saúde (MORAES et al., 2022).

A educação em saúde emerge como ferramenta central para a promoção do uso racional de medicamentos. A literatura brasileira destaca que campanhas contínuas, atendimentos individualizados e integração das mensagens educativas na rotina das unidades de saúde aumentam a compreensão da população sobre riscos como automedicação, uso prolongado de AINEs, lesões hepáticas e interações medicamentosas (SILVA; COSTA, 2022). O farmacêutico, nesse cenário, assume papel de agente de transformação ao proporcionar linguagem acessível, empoderar o usuário para questionar a prescrição, entender a posologia, reconhecer sinais de alerta e participar ativamente no seu tratamento. Essa comunicação orientada e integrada é parte relevante da estratégia de qualificação da assistência farmacêutica e da atenção primária.

Em termos de políticas públicas, o pilar do uso racional está explicitado em documentos nacionais que vinculam as práticas farmacêuticas à capacitação, monitoramento e avaliação. A gestão dos serviços farmacêuticos na atenção básica contempla indicadores como percentual de prescrição de medicamentos essenciais, tempo de tratamento, registro de eventos adversos e número de intervenções clínicas realizadas (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2014; 2020). A introdução desses indicadores viabiliza a visibilidade das ações farmacêuticas e sua contribuição para a segurança do paciente, permitindo que gestores configurem fluxos que reconheçam a dispensação com orientação como um componente da atenção integral.

No ambiente das farmácias comunitárias e unidades básicas de saúde, o farmacêutico pode reduzir os episódios de uso indevido de medicamentos, evitar internações hospitalares por eventos adversos e melhorar a sustentabilidade dos sistemas públicos de saúde. Estudos nacionais apontam que a presença ativa do farmacêutico está associada a menores taxas de desperdício de medicamentos, menor tempo de uso inadequado e maior adesão ao tratamento (SILVA et al., 2023). Essa evidência reforça o argumento de que o investimento em prática clínica farmacêutica na atenção primária não é apenas profissional, mas também econômico e estratégico para o sistema de saúde.

Dessa forma, o farmacêutico deve exercer controle rigoroso sobre a dispensação de medicamentos como a Nimesulida, orientando quanto aos riscos associados à automedicação e reforçando a necessidade de prescrição médica. Além disso, ações de educação em saúde, campanhas informativas e a valorização do serviço farmacêutico no sistema de atenção primária são fundamentais para garantir a segurança no uso de medicamentos e prevenir danos à saúde da população (NASCIMENTO et al., 2020).

Além da atuação individual, o farmacêutico também deve integrar ações interdisciplinares voltadas à educação em saúde, colaborando com outros profissionais para ampliar o alcance das informações sobre medicamentos. De acordo com Silva e Costa (2022), campanhas educativas realizadas em parceria com unidades básicas de saúde e instituições de ensino têm demonstrado impacto positivo na mudança de comportamento da população quanto ao uso de fármacos. O envolvimento do farmacêutico em atividades coletivas reforça sua função como agente transformador da realidade sanitária, promovendo o empoderamento dos usuários e a construção de práticas mais seguras.

A integração do cuidado farmacêutico à equipe de saúde nas UBS permite que o farmacêutico participe de ações coletivas (como rodas de educação em saúde) e individuais (como consulta farmacêutica), favorecendo que a automedicação e o uso indevido de AINEs sejam interceptados precocemente. A articulação presencial com o

paciente e com a equipe multiprofissional fortalece a atuação clínica e amplia o acesso à informação e ao cuidado (MARTINS et al., 2024).

Finalmente, para que a atuação do farmacêutico seja plenamente efetiva no contexto da atenção primária e no manejo de medicamentos como a Nimesulida, é necessário que essa prática esteja apoiada por formação sólida, recursos institucionais adequados, registro de intervenções, protocolos locais e cultura de avaliação. Dessa forma, o farmacêutico deixa de atuar em "back-office" e torna-se protagonista no cuidado farmacoterapêutico, promovendo segurança, racionalidade e saúde pública de qualidade.

METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma revisão bibliográfica de natureza qualitativa e caráter descritivo, desenvolvida com o objetivo de reunir, analisar e discutir as principais evidências científicas disponíveis acerca do uso indiscriminado da Nimesulida e das estratégias farmacêuticas voltadas à promoção do uso racional de medicamentos.

A elaboração da revisão seguiu as etapas fundamentais de um processo metodológico estruturado: (1) definição da questão norteadora; (2) estabelecimento dos critérios de inclusão e exclusão; (3) busca e seleção dos estudos; (4) leitura crítica e extração dos dados; e (5) síntese e discussão dos resultados. A questão norteadora formulada foi: "Quais são os principais riscos do uso indiscriminado da Nimesulida e qual o papel do farmacêutico na prevenção da automedicação e na promoção do uso racional de medicamentos?"

A coleta de dados foi realizada entre agosto e outubro de 2025 em bases científicas e portais de livre acesso, incluindo SciELO, PubMed, Google Scholar, BVS (Biblioteca Virtual em Saúde) e Portal CAPES. Foram utilizados descritores controlados e não controlados em português e inglês, combinados por operadores booleanos, tais como: "Nimesulida", "uso racional de medicamentos", "automedicação", "atenção farmacêutica", "assistência farmacêutica" e "AINEs".

Os critérios de inclusão adotados foram: artigos publicados entre 2014 e 2025, disponíveis na íntegra, em português, inglês ou espanhol, que abordassem o tema do uso racional de medicamentos, o papel do farmacêutico na atenção primária e os riscos associados à Nimesulida ou aos anti-inflamatórios não esteroides (AINEs). Foram excluídos estudos duplicados, revisões não científicas, textos sem metodologia clara ou sem relação direta com a temática proposta.

Após a triagem inicial, os artigos selecionados foram submetidos à leitura exploratória e analítica, sendo as informações mais relevantes organizadas em categorias temáticas, como: riscos do uso indiscriminado da Nimesulida, automedicação e fatores associados, e estratégias farmacêuticas de intervenção. Essa categorização permitiu a elaboração de uma análise crítica comparativa entre diferentes autores, com ênfase nas evidências mais atuais sobre o tema.

A interpretação dos resultados baseou-se na comparação entre dados teóricos e práticos, buscando compreender como a atuação clínica do farmacêutico contribui para minimizar os danos decorrentes do uso inadequado de anti-inflamatórios e promover uma cultura de cuidado responsável. A metodologia adotada assegura rigor acadêmico, reprodutibilidade e coerência com os objetivos propostos, reforçando a validade científica dos achados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Quadro 1 – Síntese dos principais achados da revisão bibliográfica

Categoria Temática	Principais Achados	Autores/Fontes
Riscos do uso indiscriminado da Nimesulida	A hepatotoxicidade é o principal efeito adverso associado ao uso prolongado; há relatos de reações alérgicas e distúrbios gastrointestinais.	FIB (2019); EINSTEIN (2024); GIRARDI (2025)
Automedicação e acesso indiscriminado	A Nimesulida, mesmo sob prescrição obrigatória, é frequentemente obtida sem receita, revelando falhas na fiscalização e cultura da automedicação.	NASCIMENTO et al. (2020); SILVA; ANDRADE (2022)
Falhas na fiscalização e na educação em saúde	O controle sanitário é insuficiente e as campanhas de conscientização são pontuais e de alcance limitado.	BRASIL (2014); RENOVATO (2020)
Atuação do farmacêutico na atenção primária	O farmacêutico é essencial para o uso racional de medicamentos, mas ainda enfrenta barreiras estruturais, falta de autonomia e sobrecarga de trabalho.	MARTINS et al. (2024); BARBERATO; SCHERER; LACOURT (2019)
Importância da orientação farmacêutica	O aconselhamento durante a dispensação reduz eventos adversos e melhora a adesão ao tratamento.	CASTRO; ANDRADE (2023); MORAES et al. (2022)
Educação em saúde e campanhas comunitárias	Ações educativas contínuas promovem mudança de comportamento e reduzem automedicação com anti-inflamatórios.	SILVA; COSTA (2022)
Propostas de intervenção	Criação de protocolos de dispensação, acompanhamento farmacoterapêutico e campanhas educativas permanentes nas UBS e farmácias comunitárias.	MINISTÉRIO DA SAÚDE (2020); MORAES et al. (2022)

Os resultados desta revisão demonstram que a Nimesulida continua amplamente utilizada de forma inadequada no Brasil, apesar das restrições impostas pela Anvisa. Estudos recentes apontam que a facilidade de acesso e a falta de conscientização populacional são os principais fatores que favorecem a automedicação. A hepatotoxicidade continua sendo o efeito adverso mais relatado em decorrência do uso prolongado do medicamento, sendo motivo de alerta para órgãos internacionais de vigilância sanitária (EINSTEIN, 2024; GIRARDI, 2025).

Outro ponto identificado é que a automedicação com AINEs tornou-se uma prática culturalmente incorporada à rotina dos brasileiros, influenciada pela busca de alívio rápido da dor e pela banalização do uso de analgésicos e anti-inflamatórios. Nascimento et al. (2020) e Silva e Andrade (2022) ressaltam que muitos usuários recorrem à Nimesulida sem diagnóstico prévio e sem considerar contraindicações, o que pode mascarar doenças graves e retardar o tratamento adequado.

Em relação à atuação do farmacêutico na atenção primária, a literatura analisada aponta avanços importantes, como a implementação de consultas farmacêuticas e acompanhamento farmacoterapêutico. Contudo, ainda existem limitações relacionadas à falta de infraestrutura, à sobrecarga de trabalho e à ausência de protocolos institucionais que assegurem autonomia profissional (RENOVATO, 2020; MARTINS et al., 2024).

A análise das publicações evidencia que a orientação farmacêutica é um dos pilares mais eficazes para promover o uso racional da Nimesulida, uma vez que permite a avaliação individualizada das necessidades do paciente, evitando interações medicamentosas e eventos adversos. Castro e Andrade (2023) destacam que o diálogo

entre farmacêutico e paciente durante a dispensação representa uma oportunidade concreta de intervenção preventiva. Essa abordagem personalizada contribui diretamente para o controle de reações adversas e para o fortalecimento da adesão terapêutica.

As ações de educação em saúde aparecem como estratégia fundamental para reduzir a automedicação e disseminar informações sobre os riscos da Nimesulida. Estudos apontam que campanhas educativas contínuas, palestras e materiais informativos em farmácias e unidades básicas de saúde têm demonstrado impacto positivo na mudança de comportamento dos usuários (SILVA; COSTA, 2022). No entanto, a efetividade dessas ações depende de planejamento intersetorial, integração das equipes de saúde e engajamento comunitário.

Do ponto de vista das políticas públicas, a implantação de protocolos de dispensação e acompanhamento farmacoterapêutico é essencial para reduzir a variabilidade na conduta profissional e garantir maior segurança na utilização dos AINEs. Barberato, Scherer e Lacourt (2019) e Moraes et al. (2022) ressaltam que protocolos institucionais fortalecem a prática clínica e permitem o registro sistemático das intervenções, assegurando rastreabilidade e avaliação de resultados. O estabelecimento de critérios de uso, duração do tratamento e sinais de alerta são medidas que contribuem diretamente para a prevenção de danos hepáticos e outros efeitos adversos.

Os achados desta revisão reforçam que a valorização do farmacêutico como agente de saúde pública é indispensável para a promoção do uso racional da Nimesulida e demais medicamentos de risco. A presença ativa desse profissional nas farmácias comunitárias e nas unidades básicas de saúde fortalece o vínculo com o paciente e promove a segurança terapêutica. Ao integrar o farmacêutico nas estratégias de educação em saúde, fiscalização e acompanhamento terapêutico, o sistema público de saúde avança em direção a uma assistência mais segura, eficiente e centrada no cuidado humano.

CONCLUSÃO

A análise dos estudos permitiu concluir que o uso indiscriminado da Nimesulida permanece como um grave problema de saúde pública no Brasil, intensificado pela automedicação e pela facilidade de acesso ao medicamento sem prescrição médica. Apesar de suas propriedades analgésicas e anti-inflamatórias eficazes, a Nimesulida apresenta elevado potencial de toxicidade hepática, o que exige acompanhamento profissional rigoroso. As evidências demonstram que a falta de fiscalização sanitária e de campanhas educativas contínuas contribui para a banalização do uso desse fármaco, ampliando os riscos de reações adversas e intoxicações evitáveis.

O farmacêutico surge como o principal agente de transformação nesse cenário, sendo o elo entre a segurança do paciente e a racionalização da terapia medicamentosa. Sua atuação clínica, pautada na anamnese, no acompanhamento farmacoterapêutico e na educação em saúde, é capaz de reduzir significativamente a automedicação e de promover a adesão consciente ao tratamento. A implementação de protocolos de dispensação e o fortalecimento de práticas clínicas dentro das unidades básicas de saúde configuram estratégias essenciais para o uso racional da Nimesulida e de outros anti-inflamatórios não esteroides.

Conclui-se que a valorização do serviço farmacêutico e o reconhecimento de sua função clínica são determinantes para consolidar a cultura do uso racional de medicamentos. Investimentos em políticas públicas, formação continuada, infraestrutura adequada e campanhas educativas intersetoriais devem ser priorizados para garantir a segurança terapêutica e prevenir agravos à saúde. Assim, a prática farmacêutica deixa de ser meramente técnica e passa a integrar-se de forma efetiva ao cuidado integral, promovendo qualidade de vida e sustentabilidade ao sistema público de saúde.

REFERÊNCIAS

BARBERATO, L. C.; SCHERER, M. D. A.; LACOURT, R. M. C. *O farmacêutico na Atenção Primária no Brasil: uma inserção em construção.* Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 24, n. 10, p. 3717-3726, 2019. DOI: 10.1590/1413-812320182410.28802019. Disponível em: https://www.scielosp.org/article/csc/2019.v24n10/3717-3726/. Acesso em: 27 out. 2025.

BRASIL. *Caderno de Apoio à Prática do Cuidado Farmacêutico na Atenção Básica: Qualificação dos Serviços Farmacêuticos.* Brasília: Ministério da Saúde, 2020. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cuidado_farmaceutico_qualificacao_servicos.pdf. Acesso em: 27 out. 2025.

CASTRO, Thamiris da Silva Correia; ANDRADE, Leonardo Guimarães de. *Uso indiscriminado de nimesulida.* Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, São Paulo, v. 9, n. 9, p. 3283-3293, 2023. DOI: 10.51891/rease.v9i9.11493. Disponível em: https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/11493. Acesso em: 27 out. 2025.

CIDESP. Quantos dias tomar nimesulida: guia completo e seguro. *Centro Integrado de Desenvolvimento em Saúde Pública*, 2025. Disponível em: https://cidesp.com.br/artigo/quantos-dias-tomar-nimesulida/. Acesso em: 21 out. 2025.

COSTA-OLIVEIRA, R. M.; ANDRADE, M. F. *A atuação clínica do farmacêutico e o uso racional de medicamentos na atenção primária.* Revista Eletrônica de Farmácia, Brasília, v. 19, n. 2, p. 112-120, 2023. DOI: 10.22456/2176-8846.129450.

EINSTEIN. Nimesulida: saiba para que serve e as contraindicações do anti-inflamatório. *Hospital Israelita Albert Einstein*, 2024. Disponível em: https://vidasaudavel.einstein.br/nimesulida-saiba-para-que-serve-e-as-contraindicacoes-do-anti-inflamatorio/. Acesso em: 21 out. 2025.

FIB Bauru. Riscos do uso indiscriminado do anti-inflamatório nimesulida. *Anais da Jornada Científica de Farmácia*, 2019. Disponível em: https://fibbauru.br/uploads/561/jornada-2019/anais-2019/artigos-farmacia.pdf

GIRARDI, Yasmim. Nimesulida: quais os riscos de usar um dos remédios mais populares no Brasil sem prescrição médica. *GZH Saúde*, 2025. Disponível em: https://gauchazh.clicrbs.com.br/saude/noticia/2025/02/nimesulida-quais-os-riscos-de-usar-um-dos-remedios-mais-populares-no-brasil-sem-orientacao-medica-cm79ejuci008i013ckdj5cq0d.html Acesso em: 20 out. 2025.

MARTINS, A. P. S.; SOARES, L. M.; GONÇALVES, C. A.; ROCHA, V. P. *Atenção farmacêutica na Atenção Primária à Saúde: avanços e desafios no Brasil.* Revista Brasileira de Farmácia, São Paulo, v. 105, n. 2, p. 45-58, 2024.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (Brasil). *Política Nacional de Assistência Farmacêutica: um marco na atenção à saúde.* Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

MORAES, J. P. et al. Uso racional de medicamentos: desafios e perspectivas na atenção primária. *Revista Brasileira de Farmácia*, v. 103, n. 2, p. 45–52, 2022.

NASCIMENTO, R. S. et al. Automedicação e uso inadequado de medicamentos no Brasil: uma análise crítica. *Revista Saúde em Foco*, v. 15, n. 1, p. 33–40, 2020.

PEIXOTO, R. T.; CAMPOS, M. R.; LUIZA, V. L.; MENDES, L. V. *O farmacêutico na Atenção Primária à Saúde no Brasil: análise comparativa 2014-2017.* Saúde em Debate, Rio de Janeiro, v. 46, n. 133, p. 358-375, 2022. DOI: 10.1590/0103-1104202213308. Disponível em: https://www.scielosp.org/article/sdeb/2022.v46n133/358-375/pt/. Acesso em: 27 out. 2025.

RENOVATO, R. D.; BAGNATO, M. H. *Processos de trabalho e desafios da inserção do farmacêutico na Atenção Primária à Saúde.* Revista Brasileira de Ciências Farmacêuticas, São Paulo, v. 56, n. 1, p. 18-29, 2020. DOI: 10.1590/S1984-82502020000100003.

SILVA, J. P.; ANDRADE, M. S. Automedicação e riscos associados ao uso de nimesulida: uma análise crítica. *Revista Saúde em Foco*, v. 18, n. 1, p. 33–40, 2022.

SILVA, M. A.; COSTA, R. M. Educação em saúde e uso racional de medicamentos: a atuação do farmacêutico em campanhas comunitárias. *Revista Saúde em Debate*, v. 46, n. 134, p. 112–120, 2022.

SILVA, T. R.; GOMES, L. P.; FERREIRA, V. F. *Atuação do farmacêutico clínico e impacto na adesão ao tratamento medicamentoso.* Revista de Ciências Farmacêuticas Básica e Aplicada, Araraquara, v. 44, n. 2, p. 1-10, 2023. DOI: 10.4322/rcfba.2023.005.